



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

Conselho Estadual de Meio Ambiente
ATA DA 23ª RO - REUNIÃO ORDINÁRIA

São Luís, MA, 19 de Junho de 2015.

1. Aos dezenove dias do mês de Junho de dois e mil e quinze, às 10h:00min, foi aberta a 23ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, que ocorreu na Sala 04, 1º andar da FIEMA, situado na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/n, Casa da Industria Albano Franco, Retorno da Cohama.
2. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros que assinaram a lista de presença:
 - I- AFONSO HENRIQUE DE JESUS LOPES, representante da Secretaria de Estado da Saúde – SES, titular.
 - II- ANTONIO FERNANDES CAVALCANTE JUNIOR, representante da Fernandes Cavalcante Advogados Associados, suplente.
 - III- ANTONIO ROSENDO NETO JUNIOR, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais, suplente.
 - IV- CIRILO JOSÉ CAMPELO ARRUDA, representante do Sindicato das Indústrias de Óleo, Sabão, Velas – SINDICOCAL, titular.
 - V- CLAUDIO REBELO CORREIA ALENCAR, representante da Procuradoria Geral de Justiça, suplente.
 - VI- DULCIMAR MELO SOARES, representante do Consorcio de Alumínio do Maranhão – ALUMAR, suplente.
 - VII- FABIO SANTOS E SILVA, representante das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A Eletronorte, titular.
 - VIII- FABRICIO BRITO SILVA, representante da Universidade Ceuma, titular.
 - IX- FLÁVIA PATRÍCIA SOARES RODRIGUES, representante da Procuradoria Geral do Estado, titular.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

- X- GENIVAL PEREIRA DE OLIVEIRA, representante da ITAPAJÉ S/A – Celulose, Papéis e Artefatos, titular.
- XI- JOSEAN ALMEIDA ALVES, representante da Cooperativa Mista dos Catadores de Lixo para Reciclagem de Barra do Corda – COOLIBE, suplente.
- XII- LIDIO NOJOSA LIMA FILHO, representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/MA, titular.
- XIII- LIZIANA DO SOCORRO SANTOS, representante da Companhia Maranhense de Refrigerantes, suplente.
- XIV- LUCAS MONTEIRO PINTO, representante do Centro Educacional e Assistencial Aliança, titular.
- XV- MANOEL DE JESUS COSTA, representante da União de Moradores de Vila Muruaí, titular.
- XVI- MIGUEL HENRIQUE P. SILVA, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado – FETAEMA, titular.
- XVII- RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES, representante da Sociedade Maranhense de Defesa a Moradia Digna, suplente.
- XVIII- Tem Cel QOPM Adenilson de Santana, representante da Polícia Militar do Maranhão – PMMA, titular.

3. A lista de presença assinada totalizou 18 Conselheiros presentes. Sendo 11 (onze) titulares e 07 (sete) suplentes.

4. Assinaram a Lista de Participantes:

- I- ARY FAUSTO MAIA, FIEMA.
- II- GENIVAL PEREIRA DE OLIVEIRA, ITAPAGÉ.
- III- CONCEIÇÃO M. F. MOURA, SEDUC.
- IV- LINDAURA DO I. F. DOS SANTOS, SEDUC.
- V- TANIA MARIA D.N. FERREIRA, SEMA.
- VI- ANA PAULA RIOS, SEMA.
- VII- NILMA WREZINSKI, ENGEFLORA.
- VIII- ROBERTO SANTOS RAUS, UFMA/GEZ-BU.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

- IX- LEONOR DE CARVALHO, SINDIREPA
- X- ELIANE M. N. CARVALHO, SEMA.
- XI- SERGIO NOGUEIRA, BPA/PMMA.
- XII- DIEGO ALVES DA SILVA, COOLIBE.

5. O Vice-presidente do CONSEMA ANTONIO ROSENDO NETO JUNIOR cumprimentou a todos os presentes, sugerindo que fosse feita uma inversão de pauta e que a Reunião fosse começada com a apresentação do analista ambiental da SEMA SERGIO SERRA, e que fosse feita a deliberação da Ata da 22ª Reunião Ordinária em seguida, que unanimemente aceito.
6. O Supervisor de Planejamento Ambiental da SEMA SERGIO SERRA fez uma apresentação à Plenária sobre Políticas de ordenamento territorial no Maranhão: ZEE (ZONEAMENTO ECOLÓGICO E ECONÔMICO) e GERCO (GERENCIAMENTO COSTEIRO NO MARANHÃO). Falou sobre o marco legal, que é a Lei Federal nº 6.938/1981 – Política Nacional de Meio Ambiente; Instrumentos (Art. 9º: Estabelecimentos de padrões de qualidade ambiental; Zoneamento ambiental; Avaliação de impactos ambientais; Licenciamento ambiental; Criação de unidades de conservação. Falou também sobre que é o Zoneamento Ecológico e Econômico, que é um instrumento de planejamento e gestão e ordenamento territorial que estabelece diretrizes para a implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, visando harmonizar os diferentes usos do território, tendo em vista assegurar o desenvolvimento sustentável e baseia-se em uma análise detalhada do território, levando em conta a relação existente entre impactos decorrentes da ação humana X Capacidade de Suporte do meio Ambiente.
7. O Conselheiro MIGUEL HENRIQUE P. SILVA falou que na Comissão do Macro ZEE estão tentando reduzir as áreas das APA's e terras indígenas e não estão querendo respeitar a própria Legislação, o Novo Código Florestal Brasileiro, uma visão de expansão de fronteiras. Falou que para a agricultura familiar não é o ideal e é uma surpresa perceber que estão tentando modificar um trabalho feito por interesses puramente econômicos e acha que deve haver uma consulta popular para tentar mudar um trabalho feito, pois a própria EMBRAPA



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

- teve que ceder também, mas se a Assembleia esta tentando ver de outra forma e quer modificar o que já esta complicado, vai ficar pior.
8. A Secretária Adjunta de Desenvolvimento Sustentável LIENE SOARES PEREIRA falou que nesta perspectiva, fica se perguntando onde a equipe que esta com essa demanda? Onde estão os 4 milhões de hectares?
 9. O Conselheiro MIGUEL HENRIQUE P. SILVA falou que esta nas APA'S nas áreas de topos de morros.
 10. A técnica da SEMA JANE CAVALCANTE, falou que no Bioma Amazônico só existe uma área continua de Floresta que é a que liga a reserva do Gurupi às terras indígenas. Falou também que os servidores da SEMA já passaram todo tipo de constrangimento, principalmente fora do Maranhão. Falou que o Ex secretario Victor Mendes falou que quando chegava à Brasília e tinha uma discussão sobre florestas, tinha vontade de entrar debaixo da mesa. Falou que o que tem de Floresta hoje no Maranhão, é só o que o satélite mostra.
 11. O Conselheiro JOSEAN ALMEIDA ALVES falou que na região de Barra do Corda, os madeireiros passam de dia e de noite carregados de “torinhas”. E na semana de meio ambiente foram presos dois carros. Falou ainda que deve cuidar do que resta de Floresta.
 12. O Conselheiro FABRICIO BRITO SILVA falou que os Maranhenses tem um pouco de baixo estima quando encontra com outras pessoas de outros Estados e respeita muito os símbolos, EMPRAPA, INPE e vem com uma verdade, que tudo que é feito de ora é verdade. Falou que quando veio para o Maranhão, passou por uma entrevista na EMPRAPA, onde não precisou falar nada, apenas que foi orientado pelo Sr. YOSIO SHIMABUKURO, que criou o Programa de Monitoramento da Amazônia. Falou que essa metodologia tem alguns problemas, que é fã da equipe da SEMA, da equipe no IMESC, que são pessoas que tem conhecimento extraordinário, principalmente do ambiente e o Macro Zoneamento foi feito pela EMBRAPA, por pessoas que não são daqui e não conhece o ambiente Maranhense, falou que acompanhou o processo de ida da EMBRAPA nas instituições com o HD para pegar os dados no IMESC, na SEMA, e o que fizeram foi uma pontuação que qualquer



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

pessoa com capacitação de 06 meses em geoprocessamento faz esse trabalho. Falou que não tem levar como verdade absoluta o que as pessoas que vem de fora vêm e dizem que é verdade. Falou que passando por Vargem Grande a imagem de satélite precisa ser processada de forma rigorosa e o macrozoneamento teve um ano pra ser feito, pois tinha que obedecer a questões legais, mas não dar para ser feito em um ano.

13. O Supervisor de Planejamento Ambiental da SEMA SERGIO SERRA falou que não esta defendendo, só esta apresentando como foi feito.
14. O Conselheiro FABRICIO BRITO SILVA sugeriu que o CONSEMA elegeisse um membro para fazer parte na comissão do ZEE.
15. O Supervisor de Planejamento Ambiental da SEMA SERGIO SERRA falou que o Decreto que institui a comissão estadual do ZEE e a comissão técnico-científica, vai ser instituído um novo Decreto, pois algumas entidades estão reivindicando a participação e o CONSEMA pode reivindicar também.
16. A técnica da SEMA JANE CAVALCANTE falou que os servidores, as vezes são submentidos a forcas extremamente poderosas e que quando viu que a EMBRAPA coordenaria este trabalho, se reportou a assessoria jurídica da sema, e a informação que teve foi que foi uma decisão do Secretário e que não queria se envolver, que foi um posicionamento político de que o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado foi coordenado pela SEPLAN e fora contratada uma empresa, e que não é que considere que os de fora são melhores, mas que o Estado é massacrado pelo poder político.
17. O Supervisor de Planejamento Ambiental da SEMA SERGIO SERRA continuou sua apresentação, falando que o grande desafio é a implementação, mas também existe outro desafio que é a elaboração mais coerente, um processo que obedece um prazo necessário, se não não vai ter funcionamento, aplicabilidade.
18. A Secretária Adjunta de Desenvolvimento Sustentável LIENE SOARES PEREIRA falou que quando estuda o SISNAMA e o SISEMA o princípio é a horizontalidade da Gestão Ambiental e quando se analisa sociologicamente a estrutura do poder, chega a um momento



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

que se enfraquece o Sistema, pois tudo fica dependente do poder central, mas quando se compartilha das fortalezas, se fortalece e fortalece o outro.

19. O Conselheiro JOSEAN ALMEIDA ALVES falou que em Barra do Corda vai ‘estourar uma bomba’ e que no dia 27 vai haver uma audiência pública, para instalação de uma hidrelétrica a 35km do Rio Mearim.
20. O Conselheiro ANTONIO FERNANDES CAVALCANTE JUNIOR falou que no sentido de fiscalização, a responsabilidade não é só da SEMA. Falou que o IBAMA gosta de fazer operações espetaculosas, com helicóptero, e depois vão embora e fica da mesma forma.
21. O Supervisor de Planejamento Ambiental da SEMA SERGIO SERRA falou que o Projeto de Lei do Macro ZEE ainda está dependendo de alguns ajustes para ser votado e que alguns empresários estão apontando na zona 1 e suas subzonas algumas inconsistências entre elas e de outro lado estão dizendo que o estudo vai contingenciar cerca de 4 milhões de hectares. Quanto ao Zee (1:250.000) a PGE já deu o parecer favorável e estamos formatando o convênio e o plano de trabalho. O projeto de Lei foi encaminhado a Assembleia para votação e foi suspenso pelo presidente em função de alguns questionamentos feitos por dois empresários. Através das suas entidades representativas estamos tentando dialogar com os mesmos para sanarmos suas dúvidas, pois os mesmos estão pleiteando coisas pertinentes ao ZEE na escala de 1:250.000. Com relação à zona 1 na realidade o que foi levantado há pertinência pois na diretriz fala em consolidação e expansão, mas nas subzonas não fala mais em expansão. A base de dados atual para o Macro ZEE do Estado do Maranhão possui mais de 300 mapas que abrangem temas Físico-Bióticos, Uso Atual das Terras, Jurídicos Institucionais, Vulnerabilidades e Socioeconômicos, além dos mapas de zonas e subzonas que fica disponível no site www.cnpm.embrapa.br/projetos/macrozee/conteudo/fisicobiotico. Em seguida apresentou à Plenária sobre o Gerenciamento Costeiro. O Conjunto de instrumentos de Planejamento, Gestão e Ordenamento Territorial da zona costeira: Planos de Gerenciamento Costeiros; Sistemas de Informação do Gerenciamento Costeiro; Plano de Ação Federal da Zona Costeira (ZC); Sistema de Monitoramento Ambiental da ZC; Relatório de Qualidade Ambiental da ZC; Zoneamento Ecológico e Econômico Costeiro ZEEC. Falou



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

- sobre o Gerenciamento Costeiro no Maranhão: 1991 – Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro no MA que teve como Linhas de ação: Criação de Unidades de Conservação; Implantação do Programa e das ações do Gerenciamento Costeiro; De 1991 até abril de 1994 – consolidação de ações com apoio de recursos federais (Convênios SEMA – IBAMA - MMA); 1992 Lei Estadual nº 5.405/92, Seção IX Do Gerenciamento Costeiro. Falou sobre o Projeto Orla, Ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente, e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP) e suas ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial, com ampla articulação entre as três esferas de governo e a sociedade. 2010 – 2012 – Fortalecimento do Projeto Orla no Estado; 2012 – Decreto 28.729/12 cria a Comissão Técnica Estadual do Projeto Orla; Articulações Institucionais visando instituir a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro; Instituição da Portaria nº 55 de 27/05/2015 – Institui GT GERCO e ZEE.
22. A Secretária Adjunta de Desenvolvimento Sustentável LIENE SOARES PEREIRA falou que trabalharam bastante para conseguir uma Portaria intersetorial para estudar o assunto dentro do Órgão que é obrigação que se faça.
23. O Supervisor de Planejamento Ambiental da SEMA SERGIO SERRA continuou a apresentação sobre o Projeto Orla.
24. O Conselheiro AFONSO HENRIQUE DE JESUS LOPES falou que na ação feita pelo Ministério Público foi pedido que se fizesse o levantamento de todos os moradores da região da Orla, e nenhum morador daquela região é proprietário. Falou que teve a tentativa de retirada, mas foi suspensa a ação e hoje já está construindo alvenaria no local.
25. O Conselheiro ANTONIO FERNANDES CAVALCANTE JUNIOR falou que é um crime ambiental e está bem claro na Lei, e o que os órgãos de fiscalização têm feito e o que o Ministério Público tem entrado com as ações penais.
26. O Conselheiro CLAUDIO REBELO falou que não é o Promotor de Justiça de Meio Ambiente de São Luís e não tem como atender ao questionamento do Conselheiro FERNANDES. Falou que é o representante do Ministério Público como suplente no



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

CONSEMA, mas certamente a observação do Conselheiro é importante e a sua experiência é de que o direito privado não resolve questões sociais e certamente os procedimentos existem e deve ter a responsabilização criminal.

27. O Supervisor de Planejamento Ambiental da SEMA SERGIO SERRA falou sobre os objetivos específicos do Projeto Orla.: Garantir o cumprimento da função socioambiental dos bens da união; Fortalecer a capacidade de articulação e atuação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla; Desenvolver mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada; Estimular atividades socioeconômicas compatíveis com a sustentabilidade da orla. E os benefícios para os municípios: O município contará com um Instrumento de Gestão Costeira, que faz parte da política nacional e estadual de gerenciamento costeiro; Técnicos capacitados de diversas instituições (federais, estaduais e municipais) e sociedade civil, estudando o planejamento da zona costeira do município; Parcerias dos Ministérios do Planejamento e Meio Ambiente com o Ministério das Cidades e do Turismo com o objetivo de captar recursos para a implantação das ações propostas no Projeto Orla; Oportunidade do município de trabalhar com as três esferas do governo e sociedade em favor do desenvolvimento do município; Passar a dispor de um Plano de Gestão Integrada da Orla; Respaldo para captação de recursos junto a órgãos governamentais e instituições financeiras; Ganho político e Ganho econômico.
28. O vice presidente do CONSEMA ANTONIO ROSENDO NETO JUNIOR deu continuidade a Reunião com a aprovação da Ata da 22ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Houveram 13 votos a favor. Ata aprovada. Seguiu a Reunião com Ordem do Dia, e perguntou se alguém tem alguma colocação para a Ordem do Dia.
29. O Conselheiro RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES falou que a SEPLAN e a SEDIPOP estão parceiras para a realização das disputas territoriais do PPA participativo e gostaria que fosse colocado para discussão. Que viesse pessoas da SEDIPOP e da SEPLAN para apresentar ao CONSEMA.
30. O Conselheiro CLAUDIO REBELO falou sobre o Código Florestal Estadual, que ano passado a SEMA fez a apresentação da proposta do Código Florestal e na ocasião foi



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

formada uma Comissão para analisar e na ocasião ficaram de fazer uma análise do projeto e também das propostas sugeridas, fora aberto um prazo para consulta pública pelo site da SEMA e houve proposta de apenas uma pessoa, servidora da SEMA e fizeram análise dessa proposta. No dia da apresentação a FIEMA também apresentou algumas propostas e com isso foi adiado para a reunião seguinte o debate. Falou que o mesmo sugeriu que fosse feitas audiências públicas, mas o Plenário do Conselho rejeitou e aprovou a redação do Projeto. Falou ainda que a minuta não fora enviada para a Casa Civil, que foi o órgão que provocou a discussão, pois não houve a Reunião que aprovou a Ata que aprovaria a redação final da Minuta e esse anteprojeto estaria ainda na SEMA. Falou que gostaria que a discussão voltasse, pois a implantação obrigatória do CAR foi adiada, e era um dos argumentos da SEMA de não ser favorável as audiências públicas, pois o prazo do CAR estava estourando e tem um processo legislativo que leva um tempo, porém este prazo foi adiado em mais um ano, também pela questão das audiências públicas, volta a trazer este assunto apesar de esgotado, mas esta numa casa democrática e que se até as cláusulas pétreas o Supremo já está relativizando, está discutindo se pode diminuir a idade penal para responder por crimes, porque não pode voltar alguns temas, ainda mais que não saiu do Conselho. Falou ainda que é recomendação do próprio órgão jurídico do Estado a Procuradoria Geral do Estado que se façam as audiências públicas e houve também recomendação do Ministério Público, da Procuradoria Geral de Justiça também para que se faça as audiências e por conta disso acha que deve retomar esse tema, inclusive porque seria apenas a apresentação do projeto e não discussão. E por esse motivo trás o assunto de volta, para que realizem essas audiências públicas, e depois destas o Conselho novamente aprecie a redação.

31. A técnica da SEMA JANE CAVALCANTE, falou que os servidores da Superintendência de Recursos Florestais também partilham da mesma opinião, pois estavam pressionados com o prazo de CAR. Falou que tem em mãos uma cópia de um documento da Procuradoria Geral do Estado solicitando audiências Públicas, do Conselho Estadual de Direitos Humanos, do Círculo da Sociedade Civil Organizada, Fórum de Manifestação das Universidades, solicitando audiências públicas. Falou sobre a apresentação do ZEE, a diversidade, que se



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

tem um bioma amazônico extremamente avançado e o bioma Cerrado que é a nova frente de desmatamento, e defende pelo menos 3 audiências públicas, uma em Balsas, uma em Imperatriz, e uma Santa Inês, ou Buriticupu, ou Açailândia, para contemplar os 03 grandes biomas que estão desmatados.

32. O Conselheiro MIGUEL HENRIQUE P. SILVA falou que gostaria que todos os Conselheiros percebessem que às vezes aprovam algo que vão de encontro o interesse da maioria e a política do CAR, já esta no mês de Junho, e tem poucos meses para fazer o trabalho no Estado. Como está a execução do CAR, que por causa do CAR irá fazer um atropelamento de um projeto tão importante pro Estado. E são coisas que acontecem, não só no CONSEMA, mas de forma recorrente, e que atender uma demanda de importância para o Estado, não pode atropelar outras coisas. E como o Conselheiro CLAUDIO REBELO falou fica complicado o CONSEMA aprovar algo que esta sendo solicitado audiências públicas de vários órgãos e seria bom se realmente conseguisse realizar as audiências e aumentar o numero de audiências para todo o Estado perceber a gravidade deste tema e a importância.
33. O vice-presidente do CONSEMA ANTONIO ROSENDO NETO JUNIOR sugeriu que essa discussão fosse para a Câmara Técnica de Assuntos Florestais, para que fossem definidas as Audiências Públicas juntamente com a SEMA.
34. O Conselheiro CLAUDIO REBELO falou que a questão de escolha dos locais e datas das audiências, concorda, mas sua preocupação é que as audiências públicas vão ocorrer e se preocupa com a imagem do CONSEMA se sair a redação do CONSEMA e depois terem as audiências com possíveis alterações, como vai ficar a imagem do CONSEMA e seu requerimento é que as audiências ocorram ainda em fase de análise pelo Conselho e após a audiências, o CONSEMA novamente emitiria o Parecer.,
35. A Secretária Executiva ANA CRISTINA FONTOURA falou que a situação que o Conselho analisou a Minuta foi uma distinta e após a análise do Conselho, recebeu uma instrução da Procuradoria Geral do Estado que houvesse as audiências, o que não desmerece o trabalho anterior feito pelo Conselho, e vindo esta instrução, o melhor juízo feito pelo Conselho é de que essas audiências aconteçam. Falou que quem fez a análise da Minuta foi uma Comissão



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

que já esta legalmente instinta e tem-se uma Câmara especifica sobre este assunto, o que pode acontecer é que a discussão vá para a Câmara para garantir a participação do Conselho na organização das audiências publicas, inclusive aumentando o numero delas e terminando as audiências, retorna a Câmara Técnica, que da o Parecer final e em uma Reunião Ordinária aprova-se a Minuta e a SEMA quando for encaminhar para a ALEMA, já vai ter a anuência do Conselho, o que é bom realmente, para os debutado que vão receber e saber que teve toda uma participação popular.

36. O Conselheiro FERNANDES perguntou quem vai coordenar as audiências, se o Conselho ou a SEMA.
37. A Secretária Executiva ANA CRISTINA respondeu que é a SEMA com o apoio da Câmara Técnica.
38. O Conselheiro FERNANDES falou que essa não vai ser nem a primeira nem a ultima Legislação que vai chegar, e perguntou se vai fazer audiência publica em todas as Legislações que chegarem, pois o Conselho representa a sociedade. Propôs que já que vai fazer audiência para esta Legislação que se faça para todas as outras. Falou ainda que essa Legislação foi proposta em virtude do CAR que estava acabando o prazo, mas apesar do prazo do CAR ter sido prorrogado A SEMA CONTINUA EXIGINDO QUE AS EMPRESAS AO PROTOCOLAREM OS PEDIDOS DE PROJETOS, que o CAR JÁ SEJA REALIZADO. E já que o CAR foi prorrogado, a SEMA deveria prorrogar.
39. O vice-presidente do CONSEMA ANTONIO ROSENDO NETO JUNIOR, falou que fora prorrogado para os empreendedores fazerem o CAR, mas a exigência já existe.
40. Fora feito votação acerca da proposta de trabalho em relação ao Código Estadual Florestal. Houve 16 votos a favor. Sugeriu que fosse discutido na Câmara, o organograma, a quantidade de Reuniões, a publicidade, todos os detalhes, que o relator da Câmara terá que da ciência ao Plenário de todo o trâmite.
41. O Conselheiro MIGUEL HENRIQUE P. SILVA falou que o Conselheiro FERNANDES tem razão, pois o CAR foi prorrogado, e as pessoas tem esse prazo para se adequar a Legislação,



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

mas quando o Banco existe, é porque a Legislação brasileira é como um queijo suíço, cheio de buracos.

42. A técnica da SEMA JANE CAVALCANTE falou que concorda de que o Código Florestal Brasileiro é algo extremamente complexo e está retalhado de interesses e todos os adendos da demanda popular, da demanda ambientalista, mas do ponto de vista, o CAR é instrumento de regularização ambiental previsto no Código Florestal de 2012 e já está em 2015.
43. O Conselheiro RONALD HENRIQUE falou que há 03 anos está tentando montar o Fórum de Articulação Política a Região Costeira do Litoral Ocidental Maranhense, para ver se consegue levar para os municípios da Orla e fazer parte dessa política que é de interesse comum, pois Cururupu fez por intermédio de pressão jurídica, pois tem duas áreas importantíssimas e é área de preservação, mas gostaria de colocar que tem que ter programas específicos para os municípios que aderiram ao projeto, e o que tem de propostas e programas para os municípios que aderiram.
44. O Supervisor de Planejamento Ambiental da SEMA SERGIO SERRA falou que o Projeto Orla foi criado pelo Ministério de Meio Ambiente e o propósito dele é instituir os municípios a gestão compartilhada da orla, o Plano de Gestão Integrada da Orla e esse zoneamento é da Orla, não abrange o município todo.
45. O vice-presidente do CONSEMA ANTONIO ROSENDO NETO JUNIOR falou que será feito um projeto na região da Baixada para retirada das cercas.
46. O Conselheiro CLAUDIO REBELO falou que o Código Florestal anterior e o atual, fala sobre o acesso à água irrestrito, mesmo nos casos que não haja discussão de propriedade, ainda assim deve haver o acesso à água lícito, e sabem-se que 80% das cercas da baixada são colocadas por quem não tem nem propriedade, nem domínio, que tem pessoas que tem 200 cabeças de gado, sem ter 1m de terra e cerca para colocar o gado. E isso é um problema sério sim, e tem município que tem várias ações civis públicas para retirada das cercas. Parabenizou a iniciativa, e fará dentro do possível os devidos encaminhamentos.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO MARANHÃO

47. O vice-presidente do CONSEMA ANTONIO ROSENDO NETO JUNIOR falou que ação será coordenada pela Secretária Adjunta de Desenvolvimento Sustentável LIENE SOARES PEREIRA, juntamente com a Superintendência de Fiscalização.
48. O Conselheiro MIGUEL HENRIQUE P. SILVA falou que no caso da cerca, já é uma coisa antiga e parabeniza a ação da SEMA.
49. O Conselheiro RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES falou que o Instituto Social Maranhense Monte Sinai Emanuel, esta em parceria junto coma SEPLAN e a SEDIPOP para direcionar as disputas territoriais do Plano Plurianual do Sanitário Participativo deste ano no caráter territorial e tem as datas e relação do que vão acontecer e pode passar uma copia para a SEMA. Falou que o pessoal da região metropolitana é importante que conversassem e o setor dos Lençóis. E vão fazer algumas escutas com os municípios, nas câmaras municipais do dia 10 ao dia 14 de Julho e seria interessante quem mora na região metropolitana ficassem atentos para mobilizar a sociedade civil.
50. O Conselheiro FABRICIO BRITO SILVA sugeriu que fossem feitos crachás permanentes para as Reuniões do CONSEMA.
51. O Vice Presidente do CONSEMA declarou encerrada a Reunião.

Encaminhamentos da 23ª Reunião Ordinária:

1. Disponibilizar apresentação de servidor Sergio Serra no Site da SEMA;
2. O Código Florestal será discutido na Câmara Técnica de Florestas e Atividades Agrossilvipastoris em conjunto com A Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais.

Eu, Ilana Kelle de Sousa Santos, copiei a presente ata que foi lavrada e assinada pela Secretária Executiva do CONSEMA Ana Cristina Fontoura.

Marcelo de Araújo Costa Coelho
Presidente – CONSEMA

São Luís, 19 de Junho de 2015.

Ana Cristina Cardoso dos Santos Fontoura
Secretária Executiva - CONSEMA